

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.840 - SP
(2019/0136369-2)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : ALMIR ROGERIO CORREIA
ADVOGADO : ANDRÉ LUIS DA SILVA CARDOSO - SP166965
EMBARGADO : CONDOMINIO EDIFICIO ITAIPU
ADVOGADO : STELA SILVEIRA TARGON - SP386752
EMBARGADO : FRANCISCO ANGELOTTO NETO
ADVOGADO : REGINA ANIZ - SP065853

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ALMIR ROGERIO CORREIA, contra a decisão de fls. 696-699, e-STJ, que negou provimento ao seu agravo em recurso especial, por entender pela incidência da Súmula 83/STJ, já que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ quanto à preferência do crédito tributário em face do crédito condominial, e quanto à necessidade do registro de imóvel levado a hasta pública, anteriormente ao ato de imissão na posse.

O ora embargante repisa que está *"imitido na posse do imóvel arrematado desde 04 de Julho de 2018, face a retratação do juiz monocrático que deferiu a expedição do mandado de imissão na posse do Embargante, não cabendo mais a discussão no Recurso de Agravo do pedido de imissão na posse tendo em vista a modificação da decisão monocrática através do juízo de retratação"* (fl. 214, e-STJ).

Sem impugnação.

Relatados, passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração são cabíveis quando há omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada, o que não se verifica na espécie.

Em verdade, verifica-se que o embargante pretende o rejugamento da causa, o que desnatura a oposição de embargos de declaração, que, conforme cediço, é recurso de fundamentação vinculada.

Registre-se, ademais, que a pretensão do recorrente demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Assim, conforme o que consta dos autos, fica mantida a incidência da Súmula 83/STJ, conforme bem consignou a decisão embargada.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração não são cabíveis para rediscutir matéria já analisada fundamentadamente na decisão embargada, especialmente diante da existência de recurso cabível na seara processual.

Ademais, o recurso não se presta à aplicação de entendimento que, segundo a ótica da parte embargante, deveria guiar ou conduzir a solução do litígio.

Nesse sentido: EDcl no AgInt na Rcl 17.207/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 27/11/2017).

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora